

A AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE TOCANTINS

O Estado de Tocantins caracteriza-se por ter na agricultura o setor que absorve a maior parte da população economicamente ativa. A agropecuária contribui com 60% do PIB, e é a principal atividade econômica do Estado, com destaque para a pecuária. A seguir, aparecem o comércio e os serviços, com predomínio do setor público. A indústria fica em último lugar. A maioria das empresas instaladas no Estado é de estabelecimentos comerciais (80% do total), e 12% são indústrias e empresas de construção civil, concentradas principalmente nos municípios de Araguaína, Palmas e Gurupi. O PIB per capita posiciona o Tocantins em penúltimo lugar entre os Estados brasileiros¹.

Por estar situado na Região Norte, que abriga a maior concentração de vegetação nativa do Brasil, os condicionantes ambientais destacam-se em sua caracterização. No Tocantins, o clima predominante é o tropical semi-úmido, com coberturas vegetais compostas de vegetação densa de babaçu ao norte e vegetação de cerrado ao sul. O Estado possui, em termos relativos, poucas matas nativas, devido à ocupação desordenada iniciada na década de 70. Sua população é de pouco mais de 1 milhão de habitantes, dos quais 30% são rurais.

Tabela 108
Utilização das Terras
Estado de Tocantins
1995

Tipo de Uso	Área (ha)
Área dos Estabelecimentos	16.765.716
Área Aberta	7.207.538
Área de Lavouras	267.228
Pastagens Plantadas	5.277.206
Matas Plantadas	78
Área em Descanso	358.936
Área Prod. Não Usada	1.304.090
Pastagens Naturais	5.800.950
Matas Naturais	3.035.928
Terras Inproveitadas	1.068.545

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE - 1995/96.

¹ Japan International Cooperation Agency – Jica. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins*. Relatório Final, maio de 1998.

Os dados da Tabela 108 mostram que a área com pastagens naturais e plantadas (artificiais) ocupa cerca de 66% da área total dos estabelecimentos agropecuários do Estado. Proporcionalmente, a participação das matas é bem menor 18% pois foram essas áreas que deram origem à ocupação com a pecuária extensiva. A proporção de áreas abertas dos estabelecimentos em decorrência da ocupação do Estado, ou seja, a soma das áreas de lavouras, de pastagens plantadas, de matas plantadas e terras em descanso não utilizadas foi de 43%. Portanto, 57% da área dos estabelecimentos ainda não havia sido alterada, em 1995. Cabe registrar que, do total, 34% é de pastagens nativas, que podem estar sendo ocupadas com a pecuária bovina.

Nesse quadro de ocupação, percebe-se no Estado uma estrutura fortemente concentrada. Num extremo estabelecimentos agropecuários com mais de 1.000 ha, que representam somente 8% do total, mas detêm 57% da área total. No outro, tem-se os estabelecimentos de até 100 ha, que representam 46,4% do total, mas detêm somente 5,4% da área total, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 109
Proporção do Número e da Área dos Estabelecimentos, por Grupo de Área Total
Estado de Tocantins
1995

Grupo de Área Total	Número (%)	Área (%)
Menos de 10 ha	6,1	0,1
De 10 a menos de 100 ha	40,3	5,3
De 100 a menos de 1.000 ha	45,5	37,5
De 1.000 a menos de 10.000 ha	7,9	46,9
10.000 ha e mais	0,2	10,2

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE – 1995/96.

Na gestão dos negócios, verifica-se que pouco mais de 85% dos estabelecimentos agropecuários do Tocantins são explorados por proprietários, os quais, por sua vez, mantêm em sua posse proporção semelhante de área: 87% do total.

Tabela 110
 Proporção do Número e da Área dos Estabelecimentos, segundo a Condição
 do Responsável
 Estado de Tocantins
 1995

Condição do Responsável	Número (%)	Área (%)
Proprietário	85,4	87,5
Arrendatário	1,5	0,4
Ocupante	12,4	4,2
Administrador	0,7	7,9

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE – 1995/96.

Entre as principais lavouras desenvolvidas no Estado, destaca-se, em primeiro lugar, o arroz, com uma área colhida de 137.886 ha, em 1995/96, seguido pelo milho, com 48.083 ha, soja, com 7.041 ha, mandioca, com 63.625 ha e, por fim, pelo feijão, com 3.563 ha.

Tabela 111
 Área Colhida das Principais Lavouras
 Estado de Tocantins
 1995/96

Lavoura	Área (ha)
Arroz em Casca	137.886
Feijão em Grão	3.563
Mandioca	6.362
Milho em Grão	48.083
Soja em Grão	7.041

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE – 1995/96.

A tabela a seguir, que apresenta os efetivos dos três principais segmentos da pecuária do Tocantins, mostra que a pecuária bovina destaca-se como a principal, e os outros dois segmentos não apresentam o mesmo desempenho. Nesse contexto, a pecuária bovina de corte é a principal atividade.

Tabela 112
 Efetivos de Pecuária
 Estado de Tocantins
 1996

Efetivos	Número
Bovinos	5.218.142
Suínos	217.508
Aves	2.399.000

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE – 1995/96.

Em termos tecnológicos, segundo o Censo Agropecuário, na agropecuária tocantinense há predomínio de uma agricultura rudimentar e de baixo padrão

tecnológico, como mostram alguns indicadores: em 1995 10% dos estabelecimentos tinham tratores; 15% usaram fertilizantes; 9% usaram defensivos nos cultivos agrícolas que realizaram; 79% realizaram controle sanitário e de doenças nos efetivos de pecuária; 13% recorreram a assistência técnica, e, destes, apenas 45% veio de fontes governamentais; 1% usaram técnicas de irrigação, entretanto a área irrigada compreendeu 23% do total da área de lavouras, o que mostra que a irrigação vem se firmando no Estado; 11% dispunham de energia elétrica; 3% tomaram crédito. Esse panorama sucinto e genérico demonstra que o Estado de Tocantins tem uma agricultura predominante de baixo padrão tecnológico, mas possui um pequeno setor moderno.

Ocupações Agrícolas e Não-Agrícolas no Estado de Tocantins

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)

Os dados da Pnad, de abrangência estadual, são utilizados com o objetivo principal de caracterizar com mais detalhes as transformações do meio rural, entendido como um espaço mais amplo do que aquele tradicionalmente ocupado e definido pelas atividades agropecuárias.

Segundo os dados da Tabela 113, o crescimento de 3,6% ao ano da PEA total do Estado, que passou de 370 mil pessoas ocupadas para 498 mil no período 1992-99, deveu-se ao comportamento das atividades não-agrícolas, tanto para os residentes urbanos (crescimento de 5,3% ao ano) quanto para os rurais (crescimento de 7,1% ao ano), pois o número de pessoas ocupadas na agropecuária tocantinense sofreu redução nos anos 90.

A PEA rural total, especificamente, apresentou crescimento de 5,6% ao ano no período considerado, graças, também, ao bom desempenho das atividades não-agrícolas. A PEA rural ocupada em atividades agrícolas registrou queda de 1,0% ao ano (não significativa estatisticamente), sendo 1995 o melhor ano no período considerado, quando 98 mil pessoas estavam ocupadas na agropecuária. Esta redução foi resultado, além do desmanche da política agrícola e da abertura comercial dos anos 90, da pequena capacidade da agropecuária do Estado em absorver grandes contingentes de mão-de-obra, pois predominam, em várias regiões, uma produção modernizada de grãos e

uma pecuária de corte extensiva, que são pouco empregadoras. É importante destacar que, apesar da queda, a PEA rural agrícola ainda representava 56% da PEA rural total, em 1999 (essa participação era 69%, em 1992).

Tabela 113
População Ocupada (1), segundo a Área, Situação do Domicílio e Ramos de Atividade
Estado de Tocantins
1992-1999

Área, Situação do Domicílio e Ramo de Atividade	Em mil pessoas							
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % a.a.
Total	370	399	402	392	420	464	498	3,6 ***
Urbano	229	265	251	267	268	306	340	4,5 ***
Agrícola	44	44	41	36	46	38	52	0,7
Não-agrícola	185	220	210	232	222	268	287	5,3 ***
Rural	141	134	150	125	152	157	158	5,6 ***
Agrícola	97	89	98	71	94	90	89	-1,0
Não-agrícola	44	45	52	54	58	68	69	7,1 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

A PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas teve crescimento significativo entre 1992 e 1999, com taxa anual de 7,1% ao ano. Em 1999, 69 mil pessoas com domicílio rural estavam ocupadas nestas atividades, o que correspondeu a 44% da PEA rural total (em 1992, essa participação era de 31%). Salienta-se que esta tendência de queda da PEA rural agrícola e do crescimento da PEA rural não-agrícola também é observada em muitas Unidades da Federação e está relacionada com a crescente modernização dos sistemas produtivos que libera mão-de-obra das tradicionais atividades agropecuárias e com a queda da renda oriunda da venda dos produtos agrícolas e pecuários.

Os principais ramos da atividade econômica na ocupação da PEA rural não-agrícola no Estado de Tocantins, em 1999, foram a prestação de serviços (29%, ou 20 mil pessoas ocupadas), os serviços sociais e a administração pública (19%, ou 13 mil pessoas ocupadas), a indústria da construção civil (13%, ou 9 mil pessoas ocupadas) e o comércio de mercadorias (10%, ou 7 mil pessoas ocupadas). Além da pequena participação no total de ocupados, o

ramo da indústria de transformação apresentou queda de 9,1% ao ano no período 1992-99.

O ramo de prestação de serviços, que em termos absolutos é o mais importante na ocupação da população rural em atividades não-agrícolas, apresentou crescimento de 5,8% ao ano. O ramo com maior crescimento foi o da administração pública (25,4% ao ano), com clara influência da criação de novos municípios no Estado de Tocantins nos anos 90. Os dados evidenciam a predominância dos ramos de atividade ligados ao comércio e serviços, que, ao lado das ocupações na agropecuária, são os maiores empregadores da PEA rural no Tocantins.

Tabela 114
População Rural Ocupada (1), segundo Ramos de Atividade
Estado de Tocantins
1992-1999

Área e Ramos de Atividade	Em mil pessoas							
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % a.a.
Total	44	45	52	54	58	68	69	7,1 ***
Indústria de Transformação	6	4	4	4	5	3	2	-9,1 **
Indústria da Construção	6	9	6	10	9	9	9	5,1 *
Outras Atividades Industriais	-	-	-	-	1	-	-	-
Comércio de Mercadorias	5	2	8	5	4	8	7	10,5
Prestação de Serviços	12	15	17	15	19	16	20	5,8 ***
Serviços Auxiliares	-	-	-	-	1	3	2	-
Transporte ou Comunicação	-	2	3	2	1	3	2	-
Serviços Sociais	9	9	9	12	10	12	13	5,5 ***
Administração Pública	3	3	3	5	7	13	13	25,4 ***
Outras Atividades	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

Os principais setores de atividade nos quais as pessoas com domicílio rural se ocuparam, em 1999, foram o emprego doméstico (17%), os estabelecimentos de ensino público (14%), a construção civil (13%) e a administração municipal (12%). Fora destes setores, as oportunidades de ocupação não foram muito importantes, com exceção dos restaurantes e da administração estadual. Acompanhando o bom desempenho dos ramos nos

quais estão inseridos, os setores listados apresentaram excelente desempenho no período 1992-99, com significativas taxas anuais de crescimento. Os dados também confirmam a pequena participação dos setores ligados à (agro)indústria na ocupação da PEA rural.

Apesar da crise que atingiu os setores públicos nos anos 90, é importante chamar a atenção para o papel dos mesmos na geração de ocupações não-agrícolas no meio rural. Em 1999, o setor público representava 32% do total das pessoas ocupadas nos principais setores de atividade, considerando-se as ocupações nos estabelecimentos de ensino público e nas administrações municipal e estadual. Esses dados indicam os efeitos positivos no desenvolvimento local e na ocupação da PEA rural não-agrícola se houver um aumento do poder de investimento dos municípios.

Tabela 115
População Rural Ocupada (1), segundo os Setores de Atividade
Estado de Tocantins
1992-1999

Área e Setores de Atividade	Em mil pessoas							
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % a.a.
Total	44	45	52	54	58	68	69	7,1 ***
Emprego Doméstico	7	8	10	8	10	7	12	4,5 *
Estab. Ensino Público	7	8	8	10	9	10	10	4,5 ***
Construção	6	9	6	10	9	9	9	5,1 *
Administração Municipal	-	1	2	2	3	8	8	-
Restaurantes	2	3	2	5	6	5	4	11,9 **
Administração Estadual	2	-	-	-	2	3	4	-
Comércio de Alimentos	3	-	3	-	-	3	1	-
Comércio de Vestuário	-	-	-	-	-	-	1	-
Assist. Técnica - Veículos	-	-	2	-	-	2	1	-
Comércio de Varejo	-	-	-	-	-	1	-	-
Subtotal	28	28	34	35	39	48	51	9,3 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***,**, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

No período 1992-99, pode-se perceber certa "pulverização" das principais ocupações (profissões) não-agrícolas, pois há várias delas em posições muito próximas em número de pessoas ocupadas, com exceção dos serviços

domésticos, que têm sido o destaque nos anos 90 para o emprego da PEA Rural (tiveram um crescimento de 4,8% ao ano, ocupando 11 mil pessoas, em 1999).

Além dos serviços domésticos, merecem destaque as ocupações de conta-própria, professor de primeiro grau, cozinheiro não doméstico, ajudante de pedreiro, pedreiro e balconistas-atendentes. Percebe-se que, no geral, são profissões ligadas aos serviços e à construção civil, sendo que muitas não exigem níveis elevados de escolaridade.

Tabela 116
População Rural Ocupada (1), segundo a Ocupação Principal
Estado de Tocantins
1992-1999

Área e Ocupação Principal	Em mil pessoas							1992/99 % ^a
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	
Total	44	45	52	54	58	68	69	7,1 ***
Serviços Domésticos	6	7	9	8	9	6	11	4,8
Serviços Conta- Própria	3	2	3	4	3	5	6	12,0 ***
Aprendiz	-	-	-	-	-	-	5	-
Prof. Prim. Grau Inicial	3	3	3	3	3	-	5	-
Cozinheiro (Não Domést.)	-	2	-	3	3	3	4	-
Ajudante de Pedreiro	2	4	-	3	4	2	3	-
Balconistas – Atendentes	2	-	2	-	2	3	3	-
Diversos	-	-	-	3	3	6	2	-
Guarda – Vigia	-	-	1	2	1	2	2	-
Ajudante Diversos	2	1	-	2	2	2	2	-
Motorista	2	-	-	-	1	2	2	-
Dirigente na Adm. Pública	-	-	-	-	-	-	2	-
Ajudante Mec. Veículos	-	-	-	-	-	-	1	-
Auxiliar Serv. Médico	-	-	-	-	-	-	1	-
Servente – Faxineiro	-	2	-	2	2	1	-	-
Carpinteiro	-	-	-	-	-	-	1	-
Garçon	-	-	-	-	2	-	-	-
Pedreiro	3	4	3	3	3	4	-	-
Prof. Primeiro Grau	-	-	-	-	-	5	-	-
Ambulante – Outros	-	-	2	-	-	1	-	-
Subtotal	23	25	25	32	38	42	50	11,9 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

Demanda da Força de Trabalho na Agropecuária – Sensor Rural

As estimativas da Fundação Seade indicam que a principal cultura demandadora da força de trabalho agrícola é o arroz, com participação de 74,7% do total, indicando a importância deste grão para a agricultura do Estado (em 1999, o arroz ocupou 170 mil hectares, ou 57% da área total cultivada com as principais culturas). Os demais destaques na demanda de mão-de-obra são as culturas de milho (15,9%), soja (2,9%) e mandioca (3,1%).

Vale a pena ressaltar que a área com soja está crescendo no Tocantins, na região mais próxima a Palmas. Este crescimento da produção de soja deve-se ao Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer), o qual é financiado pela Agência Japonesa para Cooperação Internacional (Jica) e destina-se à compra de terras, equipamentos, insumos e construção de infra-estrutura. Também pode-se notar uma fruticultura incipiente em Tocantins, com destaque para a cultura do abacaxi.

Embora outras culturas não estejam sendo captadas pelas pesquisas, é importante lembrar que o Estado de Tocantins, bem como os demais da região Norte, têm grande potencial na produção de frutas típicas (açai, babaçu, cupuaçu, bacuri, graviola, taperebá, camu-camu, pupunha, etc.), que ainda é muito pouco explorado como alternativa de emprego e renda, principalmente a sua associação com a fabricação de doces, sorvetes, sucos, geléias e compotas para os mercados do Centro-Sul.

Tabela 117
Demanda da Força de Trabalho Agrícola Anual e Área Cultivada das Principais Culturas
Estado de Tocantins
1998-99

Principais Culturas	EHA		1999 (%)	Área (1000 ha)		1999 (%)
	1998	1999		1998	1999	
Total	70.345	81.738	100,0	261,6	293,3	100,0
Abacaxi	900	861	1,1	1,5	1,4	0,5
Arroz	49.215	61.069	74,7	131,4	166,9	56,9
Banana	696	638	0,8	5,8	5,3	1,8
Cana-de-Açúcar	1.233	623	0,8	7,2	3,7	1,3
Feijão	659	672	0,8	4,9	4,6	1,6
Mandioca	2.227	2.399	2,9	11,3	12,2	4,1
Milho	12.846	12.970	15,9	58,3	58,9	20,1
Soja	2.570	2.506	3,1	41,3	40,3	13,7

Fonte: Fundação Seade.

A pequena participação da mão-de-obra especializada (tratoristas e operadores de máquinas) no total da mão-de-obra demandada no Estado, indica o baixo grau de mecanização das atividades, com predomínio de sistemas de produção menos modernizados. Em algumas regiões é comum a prática da “roça no toco”, presente na maioria das culturas de subsistência, evidenciando um nível tecnológico bem abaixo da média estadual. No entanto,

há importantes pólos de agricultura modernizada, com os cultivos de arroz, soja e frutíferas, principalmente.

Conforme salientado, a bovinocultura de corte, predominantemente extensiva, é a principal empregadora de mão-de-obra na atividade pecuária no Estado de Tocantins. Juntamente com a reforma de pastagens a ela associada, responderam por quase 90% do total de equivalentes-homens-ano (EHA), em 1999. A seguir aparecia a bovinocultura de leite, com participação de cerca de 10% no total demandado. As atividades de suinocultura e avicultura são muito incipientes no Tocantins.

Tabela 118
Demanda da Força de Trabalho Anual na Atividade Pecuária
Estado de Tocantins
1998-99

Pecuária	EHA		1999 (%)	Área/Produção/Rebanho	
	1998	1999		1998	1999
Total	40.934	41.257	100,0	-	-
Reforma de Pastagem(1)	26.650	26.650	64,6	527,7	527,7
Bovinocultura de Corte(2)	9.840	10.093	24,5	4.789	4.912
Bovinocultura de Leite(3)	4.141	4.224	10,2	105.666	107.779
Suinocultura(2)	277	261	0,6	199.372	187.771
Avicultura de Corte(2)	-	-	-	-	-
Avicultura de Postura(2)	26	29	0,1	99	110

Fonte: Fundação Seade.

EHA= Equivalentes-Homens-Ano.

(1) Área em mil hectares.

(2) Rebanho em mil cabeças.

(3) Produção em mil litros.

Regionalização

No Estado de Tocantins, as principais atividades econômicas estão assentadas no meio rural. Daí despontam, principalmente, a agropecuária e, em menor escala, o turismo e algumas atividades voltadas à preservação ambiental.

As agroindústrias instaladas no Estado confirmam a dinâmica estadual do setor agropecuário, já que das 28 maiores empresas do Estado vinte são

agroindústrias² e empresas agropecuárias (privadas e cooperadas) do setor de carne, couro, grãos, insumos industriais (fertilizante, sementes, corretivos, defensivos, medicamentos veterinários etc.), máquinas e implementos/equipamentos, madeira, entre outras³.

Na agropecuária, destaca-se a pecuária bovina de corte, que, nos anos mais recentes, vem convivendo com os projetos de grãos com cultivo de arroz e soja em grandes extensões de área, e de fruticultura com cultivo de abacaxi, goiaba, figo, tangerina e maracujá, que, em contraposição ao de grãos, é realizado em pequenas e médias propriedades.

A pecuária bovina de corte, tradicional atividade agropecuária do Estado, volta-se à de cria, à de cria e recria e à de cria, recria e engorda, principalmente de forma extensiva em pastos de grandes propriedades. A maioria dos criadores estaduais prefere as raças zebuínas, pois o clima quente e úmido fornece ótimas pastagens e pouca ocorrência de pragas, condições excelentes para o desenvolvimento dessas raças. Há pouco interesse dos produtores em relação à criação de outras espécies além dos bovinos. Essa tradicional atividade tocantinense coloca o Estado na condição de detentora do segundo maior rebanho da Região Norte do país, com 6,5 milhões de cabeças⁴.

Atualmente, frente às novas exigências nacionais para a produção bovina de corte em relação a preço, condições sanitárias do rebanho, mercado e qualidade da carne, vem se percebendo, ainda de forma incipiente, o empreendimento de alguns criadores em produzir novilhos.

Por outro lado, um dos maiores obstáculos a serem suplantados pela pecuária bovina de corte tocantinense são as condições sanitárias do rebanho, que tem um dos maiores índices do país de contaminação por febre aftosa. Os frigoríficos do Estado estão investindo no combate à doença, intermediando a compra de vacinas (em grandes lotes) e reduzindo os custos para o pecuarista. Como o Estado apresenta alto número de focos de febre aftosa, a exportação

² Neste quadro também estão inclusas as empresas agrofloretais, ligadas ao setor de madeira.

³ De acordo com "O Balanço Anual – Tocantins, 1999", *Gazeta Mercantil*, Ano II, nº 2.

⁴ De acordo com "O Balanço Anual – Tocantins, 1999", *Gazeta Mercantil*, Ano II, nº 2.

da carne é muito prejudicada.

A pecuária extensiva de corte, atualmente, ainda é a principal atividade econômica do Tocantins, cujo mercado principal é o próprio Estado e alguns estados do Nordeste.

Além da pecuária extensiva predominam as lavouras de subsistência, sem nenhuma modernização tecnológica e voltadas para o mercado local quando há algum excedente. É muito comum a “roça de toco”⁵ para as culturas de arroz, feijão, mandioca e milho. A fruticultura nativa é muito pouco explorada, com exceção do babaçu, palmeira muito comum na região norte do Estado, de influência amazônica, onde é explorada economicamente (extração do óleo e na construção de casas).

As lavouras de grãos (arroz e soja) e de frutas modernas e tecnificadas firmam-se em alguns lugares no Estado por causa das condições ambientais existentes, beneficiando-se da disponibilidade de água e do clima quente, ocupando terras férteis e aproveitando-se da infra-estrutura pública instalada e a que deverá ser implantada.

A comercialização dos principais produtos agrícolas tocantinenses possui as seguintes características:

- a) babaçu: o Estado possui indústria de extração na região norte. O óleo é comercializado Norte do país, e as folhas são utilizadas na construção de casas, como cobertura;
- b) soja: escoada *in natura* para a indústria nacional e para a exportação;
- c) arroz: vendida no próprio Estado e no Nordeste;
- d) frutas: comercializadas em todo o território nacional.

As lavouras modernas e tecnificadas de grão e a fruticultura apresentam características importantes e distintas em sua implantação no Estado. Nas primeiras existe o predomínio de uma agricultura moderna, de escala e

⁵ Entende-se como “roça de toco” a agricultura de subsistência conduzida com baixíssimo nível tecnológico. Normalmente, a área para as culturas é desmatada, com queimada ou não, mas não destocada. Como consequência, o plantio é feito entre os tocos que restaram das árvores, o que não permite a mecanização das atividades de cultivo.

tecnificada⁶, que faz, portanto, largo uso de insumos industriais e está integrada aos mercados nacional e internacional. A outra vem se desenvolvendo em alguns municípios distribuídos ao longo do eixo de desenvolvimento proposto para o Estado pelo Plano Plurianual do Governo Federal – PPA, pelo qual o Estado pode a vir a ser um dos maiores beneficiários em projetos públicos de infra-estrutura rodoviária, ferroviária e hidrovária.

O melhoramento dos meios de transporte dos produtos agrícolas é o elemento central das propostas estaduais para o desenvolvimento do Estado inclusas no Plano Plurianual do Governo Federal – PPA, no qual está previsto o investimento em projetos de melhoramento rodoviário (BR-113) e na construção de hidrovias nos Rios Araguaia e Tocantins. Tem-se a intenção de criar uma infra-estrutura moderna e eficiente para o desenvolvimento do setor agropecuário.

Pretende-se, por meio da infra-estrutura pública já concretizada e prevista no eixo de desenvolvimento do PPA, viabilizar um corredor intermodal, integrando o potencial de navegação fluvial (hidrovias nos Rios Araguaia e Tocantins), com as malhas ferroviária (Ferrovia Norte-Sul) e rodoviárias (BR-113 e diversas federais e estaduais) e, com isso, maximizar o escoamento dos produtos agropecuários tocantinenses na Região Norte do país⁷, no trecho de Imperatriz ao Porto de Itaqui (Ferrovia do Carajás), aproveitando a histórica ligação econômica e social existente entre o Tocantins e os Estados do Norte, principalmente com o Estado do Maranhão (via Imperatriz). Esse eixo de escoamento pretende viabilizar e dinamizar a exportação dos produtos agropecuários tocantinenses pelo corredor norte do país.

As benfeitorias públicas instaladas e previstas para o campo, além de propiciarem a exportação da produção agropecuária tocantinense pelo Norte do país, permitem o desenvolvimento de uma agricultura de grãos e de frutas com bases modernas e tecnificadas; por exemplo, a eletrificação rural (prevista para cerca de 25 mil propriedades rurais em 1998) beneficiou a expansão da

⁶ Entende-se por agricultura tecnificada o processo produtivo mecanizado, poupador de mão de obra, com alto uso de insumos químicos.

⁷ Também previsto nos eixos de desenvolvimento do Plano Plurianual do Governo Federal.

irrigação, barateando seu custo. A hidrelétrica do Lajeado – Luiz Eduardo Magalhães –, com inauguração marcada para 2001, além da produção de energia, pode promover a irrigação agrícola com o lago a ser formado.

Observa-se também, com os investimentos públicos, a expansão do setor agropecuário e indícios localizados de que o turismo e algumas atividades de preservação de espécies despontam como alternativa econômica.

No sul e sudoeste do Estado, na cidade de Lagoa da Confusão, as grandes atrações são uma lagoa de águas claras com praias, apropriada banho e esporte aquático, e a Gruta da Casa da Pedra. Esse lugar vem atraindo um contingente de pessoas que, nos feriados, faz dobrar a população da cidade (de 5 mil habitantes). Além desses, a região tem outros atrativos, como a Ilha do Bananal, com fauna e flora muito ricas, uma gruta com um fóssil desconhecido encravado na pedra, somente acessível quando as águas abaixam, e diversas outras lagoas: Lagoa do Jacaré, Lagoa dos Pássaros e Lagoa Preta. A cidade de Paranã é conhecida pelas águas termais e pela Festa do Divino Espírito Santo. Vizinha a ela temos a cidade de Peixe, com cachoeiras, lagoas e praias fluviais. Nos municípios de Lajeado e Miracema com a formação do lago da usina hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, abre-se um grande leque de oportunidades de turismo e de lazer. Mas, apesar dos recursos naturais em todo Estado, falta infra-estrutura para receber o fluxo de turistas que se dirigem para estes locais e para expandir o turismo em outros lugares⁸.

Ao norte do Estado, alguns municípios também apresentam oportunidades de turismo. Em Araguatins, por exemplo existem praias fluviais. Nesse município, as atividades relacionadas ao potencial proporcionado pelas condições ambientais, tais como o turismo nas praias fluviais, nos meses de junho a agosto, e a pesca, encontram dificuldades em seu desenvolvimento dada a precariedade da infra-estrutura existente na região, principalmente no caso da pesca, pelo impacto negativo da Represa de Tucuruí, cuja construção não levou em conta a manutenção do fluxo natural de cardumes, prejudicando assim a reprodução das espécies existentes nas Bacias do Araguaia e do Tocantins.

⁸ “O Balanço Anual – Tocantins, 1999”, *Gazeta Mercantil*, Ano II, nº 2.

Entre as iniciativas privadas, outra atividade que desponta junto ao corredor intermodal do Estado, nos municípios de Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia, é a criação de animais nativos, como jacaré e tartarugas. A Companhia Brasileira Agropecuária (Cobrape), por exemplo desenvolve criatórios de jacarés em Formoso do Araguaia.

Ao norte, região de influência amazônica, também encontram-se iniciativas nesse campo, como o projeto de preservação de tartarugas da Amazônia, realizado com recursos público do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, em parceria com a colônia de pescadores e amparado com recursos do Programa de Preservação de Florestas Tropicais (PPG7).

No eixo de desenvolvimento do corredor intermodal, encontram-se as áreas mais prósperas e modernizadas, localizadas na maioria na região Centro-Sul do Estado. No sentido sul-norte, são as seguintes cidades: Formoso do Araguaia, Gurupi, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Palmas (capital), Miracema do Tocantins, Guaraí, Colinas do Tocantins e Araguaína.

No extremo norte do Estado, além do corredor intermodal, ao norte de Araguaína encontra-se a microrregião do Bico do Papagaio uma das mais pobres (se não a mais pobre) do Estado de Tocantins, pois não há muita diversificação produtiva nem existência de indústrias e agroindústrias importantes na região.

Essa pequena parte do Estado – microrregião do Bico do Papagaio – não está integrada ao eixo de desenvolvimento, o corredor modal, e, portanto, não acompanha o novo momento da agropecuária tocantinense. Há algumas iniciativas municipais com o intuito de atrair essa agricultura moderna e tecnificada, mas elas ainda não foram concretizadas. Essa região está se configurando num “enclave” entre os eixos de desenvolvimento propostos no PPA para o Tocantins e para a Região Norte do país. Não existe nenhuma ligação sua com os planos (rodoviários, ferroviários e hidrovíários) previstos no PPA. Os projetos propostos e os já realizados passam ao largo da região do extremo norte do Tocantins. Assim, nota-se que a dinâmica de desenvolvimento de algumas regiões do Estado está entrelaçada com o futuro do corredor intermodal, enquanto de outras regiões, não.

Afora os investimentos públicos em infra-estrutura, há outros programas de incremento ao desenvolvimento econômico tocantinense, que buscam atrair setores industriais, agroindustriais, de serviços e de turismo. Por exemplo: o governo federal ainda tem os financiamentos de apoio à agropecuária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O governo estadual tem o Prosperar, o que significa um empréstimo do ICMS devido (70% para a indústria e a agroindústria, 30% para o comércio atacadista e 100% para o turismo). Os municípios de Araguaína, Gurupi, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e Palmas estão aplicando políticas de incentivo por meio de impostos municipais, durante um período de dez anos, para as indústrias e agroindústrias que ali pretenderem se instalar. Entre os projetos públicos de financiamento existem os específicos de uma determinada atividade, como o Programa de Desenvolvimento Pecuário (Prodepec), que visa modernizar a pecuária tocantinense. Há ainda projetos privados, como o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Proceder), com o objetivo de expandir o complexo da soja no cerrado nacional com recursos da Japan International Cooperation (Jica).

Percebe-se o esforço, nas últimas décadas, do governo do Tocantins para dotar o Estado de infra-estrutura, expandir a moderna e tecnificada agricultura de grãos e frutas, modernizar a pecuária bovina de corte e atrair empresas com incentivos, empréstimos públicos e privados e isenção de impostos, isto é, o discurso oficial do processo de desenvolvimento adotado resume-se em “ter uma infra-estrutura instalada (pronta) para garantir o aumento da produção”.

Apesar desse esforço de transformação econômica que vem ocorrendo neste final de século, na agroindustrialização ainda não foram verificados avanços, pois a maior parte dos produtos agropecuários do Estado – carne, soja, arroz e frutas sai *in natura*. A pecuária bovina de corte extensiva é ainda a principal atividade econômica do Estado, pois a agropecuária moderna e tecnificada está restrita somente a alguns municípios. E o Estado de Tocantins ainda se caracteriza por ser uma região pobre. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede a qualidade de vida com base na renda, na educação e na expectativa de vida, é de 0,587 no Tocantins, bem abaixo do

patamar do Brasil, de 0,809⁹.

Por isso, apesar de todo o investimento público para dotar o Estado de infraestrutura no transporte para o escoamento dos produtos agropecuários, para expandir a agropecuária moderna e tecnificada, para atrair indústrias, agroindústrias, setores do comércio e do turismo, o Tocantins não está conseguindo incorporar um desenvolvimento capaz de amenizar as disparidades regionais, sociais e de renda; somente teve êxito em sedimentar no Estado focos (municípios) de crescimento econômico, mas sem irradiação para seu entorno.

Nesse sentido, o corredor intermodal aponta uma reestruturação no cenário do Estado de Tocantins, onde, por um lado, tem-se uma região que apresenta uma dinâmica centrada no crescimento de uma agropecuária moderna e tecnificada, e, de outro uma área marcada pela pecuária extensiva, de baixa tecnologia, pelo conflito fundiário e pela questão da preservação ambiental¹⁰. Portanto, configura-se no Estado de Tocantins três regiões bem distintas, a saber:

- a) Oeste Tocantinense: compõe a maior parte da mesorregião oriental, menos a microrregião do Bico do Papagaio;
- b) Leste Tocantinense: encontra-se distribuída na mesorregião ocidental ;
- c) Extremo norte do Estado: configurada pela microrregião do Bico do Papagaio.

A divisão, abaixo do Bico do Papagaio, em duas regiões obedece ao critério de tempo de ocupação: a ocupação relativamente mais antiga (meados dos anos 80 em diante) constitui a porção oeste e a ocupação mais recente (meados dos anos 90 em diante), a porção leste. Em relação à dinâmica econômica, as duas regiões tem a motriz na agricultura moderna e tecnificada de grãos e frutas, que convive com a pecuária bovina de corte extensiva e com a agricultura de subsistência ao longo do eixo de desenvolvimento – o corredor

⁹ “O Balanço Anual – Tocantins, 1999”, *Gazeta Mercantil*, Ano II, nº 2. Parâmetros do IDH: < 0,499 indica baixo desenvolvimento humano; de 0,500 a 0,799, estágio intermediário; > 0,800, alto desenvolvimento humano.

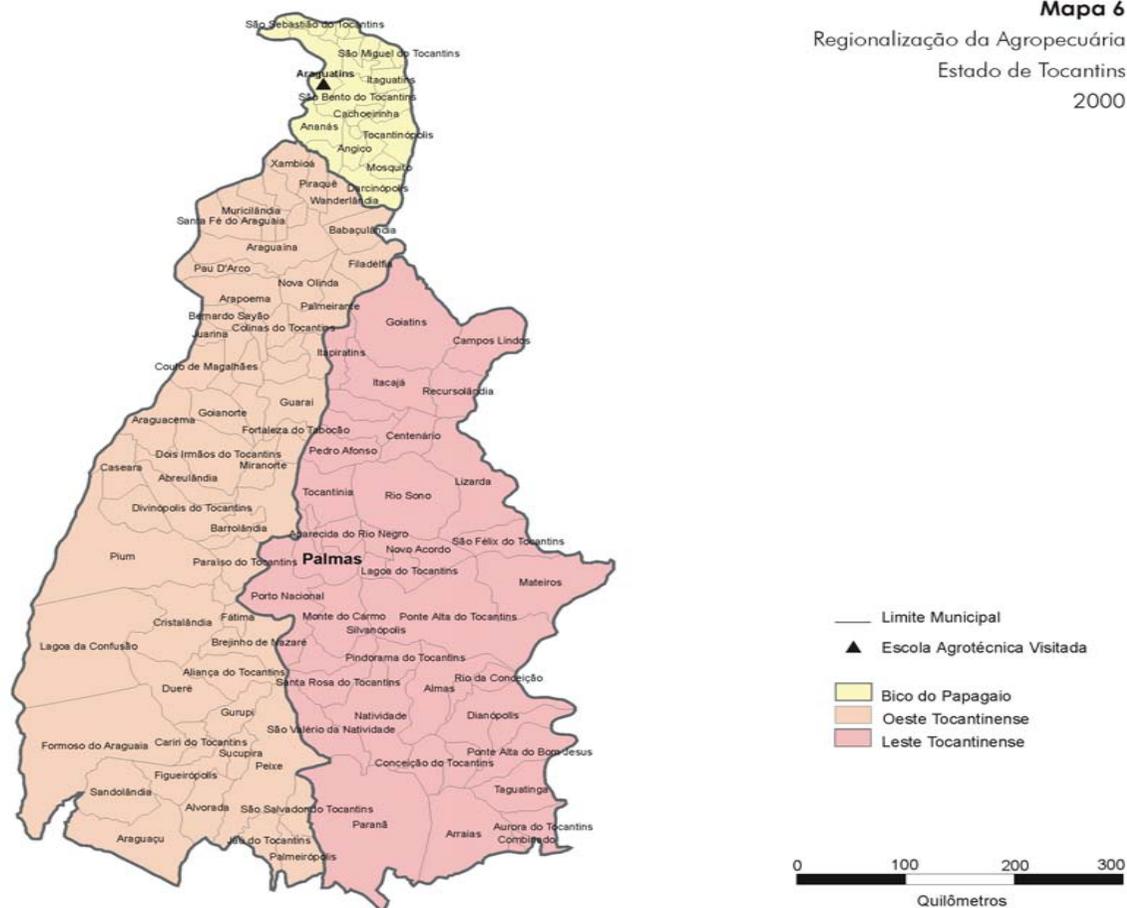
¹⁰ Vegetação variada, que apresenta desde cerrado a floresta equatorial de transição.

intermodal.

Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma da Educação Profissional

Mapa 6

Regionalização da Agropecuária
Estado de Tocantins
2000



Fonte: Fundação Seade 2000

Oeste Tocantinense

A região tem seu desenvolvimento marcado pelas atividades agropecuárias, com a pecuária bovina de corte extensiva e a agricultura de subsistência convivendo com os projetos localizados de grãos em grandes extensões de área, com uma agricultura moderna e tecnificada – cultivo de arroz irrigado, soja e o milho na entressafra, em rotação.

A agricultura de arroz irrigado concentra-se bem ao sul da região estendendo-se em direção ao centro. A pecuária distribui-se por toda a região. Na parte norte, permanece predominante a pecuária bovina de corte, e, segundo o Censo Agropecuário de 1995/96, aí se encontra a maior densidade do rebanho bovino do Estado.

Os grandes centros de produção de arroz irrigado são os municípios de Formoso do Araguaia e de Lagoa da Confusão. Em Formoso do Araguaia, o Grupo Gebepar vai investir R\$ 70 milhões num projeto de produção de polpa de tomate, com plantio de 1.500 hectares, que em 2002 pretende atingir sua capacidade máxima de produção – 12 mil toneladas.

Leste Tocantinense

A região também caracteriza-se pelas atividades agropecuárias, onde a pecuária bovina de corte extensiva e a agricultura de subsistência convivem com uma agricultura moderna, baseada no cultivo de soja e de frutas.

A agricultura de soja concentra-se no sul e no norte da região enquanto a fruticultura se inicia no sul e se estende para o centro e para o norte. A pecuária permanece distribuída por toda a região.

O cultivo de soja está localizado em dois pólos: Porto Nacional e Campos Lindos. A fruticultura encontra-se nos municípios de Porto Nacional, Miracema do Tocantins e Campos Lindos.

Bico do Papagaio

A região onde a Escola Agrotécnica Federal de Araguatins está inserida é denominada pelos agentes entrevistados como Bico do Papagaio, microrregião

assim denominada também pelo IBGE para o Estado de Tocantins.

A região do Bico do Papagaio é uma das mais pobres (se não a mais pobre) do Estado de Tocantins, pois não há muita diversificação produtiva nem a existência de indústrias ou agroindústrias importantes na região. Existe apenas um grande laticínio de uma cooperativa na cidade de Augustinópolis. As áreas mais prósperas e modernizadas do Estado estão localizadas no centro-sul do Estado (Palmas, Gurupi, Miracema, entre outras). A pecuária extensiva de corte, atualmente, é a principal atividade econômica da região, e seu maior mercado é o próprio Estado de Tocantins (Araguaína) e alguns Estados do Nordeste. Mas como o Tocantins apresenta grande número de focos de febre aftosa, a exportação de carne é muito prejudicada.

Com exceção da paróquia de Araguatins, do ex-presidente da Associação Comercial e Industrial (ACI) de Araguatins e do Ibama, todos os demais agentes incluíram os municípios da MRH do IBGE na região. A Igreja, por trabalhar com paróquias, excluiu dois ou três municípios pertencentes à MRH; o ex-presidente da ACI de Araguatins incluiu os municípios de Marabá (PA) e Imperatriz (MA) pela influência dessas cidades no comércio e no abastecimento da região; e o Ibama excluiu os municípios de Mosquito e Darcinópolis da região definida por eles como Bico do Papagaio ou Extremo Norte do Tocantins. É interessante registrar que vários agentes entrevistados disseram que os habitantes da cidade de Tocantinópolis não gostam de ser considerados como pertencentes ao Bico do Papagaio.

Os principais fatores citados pelos agentes para caracterizar e definir a região foram os seguintes: referência na luta social pela reforma agrária (padre Josimo, conflitos agrários); área de muitos assentamentos rurais; região muito carente socioeconômica e culturalmente; região com baixa escolarização (ou elevado índice de analfabetismo); habitações precárias, com construção de sapé, cobertura de palha de babaçu e piso de terra batida, principalmente nas áreas rurais; critério geográfico (é assim que funciona a divisão adotada pela instituição); área de transição para a Floresta Amazônica, já dentro da Amazônia Legal (porta

de entrada para a Amazônia).

Na História recente do país, o Bico do Papagaio está fortemente associado à Guerrilha do Araguaia – reação ao regime implantado no país a partir de 1964 – e aos conflitos agrários – disputas entre parte da população local, que se valia de parcelas de terras não demarcadas para cultivos de subsistência, e grileiros. Nesse contexto, o Bico do Papagaio também compreendia os municípios contidos pela confluência dos Rios Araguaia e Tocantins, no norte do Estado de Tocantins e municípios ribeirinhos a sudoeste do Estado do Maranhão (Imperatriz) e a sudeste do Estado do Pará (Marabá).

Com o aniquilamento da guerrilha e o relativo apaziguamento dos conflitos agrários, o Bico do Papagaio passou a ser compreendido como a região ao norte do Estado de Tocantins, limitada pelos rios Araguaia e Tocantins, com seu limite ao sul dado pelos municípios de Xambioá e Tocantinópolis¹¹. Em seu interior ainda persistem marcas na identidade regional dada pelos conflitos agrários, principalmente ao sul, onde municípios como Tocantinópolis se julgam não pertencentes a essa região, visto que a intensidade das disputas não atingiu a repercussão daquelas mais ao norte. Esse aspecto, como salientado anteriormente, acaba por ser reforçado por algumas instituições atuantes na região, como a Naturatins (órgão estadual do meio ambiente) e a Igreja Católica (coordenação regional), que subdividem a área entre os municípios ao norte e ao sul. Observa-se ainda que Tocantinópolis rivaliza com Araguatins como municípios de maior influência regional.

Atualmente, a relação dessa região com os Estados do Pará e do Maranhão distancia-se da esfera dos conflitos e passa mais pelas questões ambientais

¹¹ Houve sempre muita ênfase em caracterizar a região como Região Tocantinense do Bico do Papagaio, pois, segundo os agentes, há uma confusão por parte das pessoas que não conhecem a região, mas conhecem o Bico do Papagaio também como o sul do Pará e sudoeste do Maranhão, áreas com o maior índice de violência no campo atualmente. Por exemplo, a tragédia de Eldorado dos Carajás (Pará) foi divulgada na mídia nacional como tendo ocorrido na região do Bico do Papagaio, mas não tem relação com a região de inserção da Escola Agrotécnica de Araguatins. Mesmo porque, nos anos 90, em função dos assentamentos feitos no Estado de Tocantins (Araguatins é a segunda cidade brasileira em número de assentamentos rurais, segundo informações dos agentes), houve um grande refluxo na luta pela terra.

(transição do cerrado para a mata tropical úmida e regime dos rios) e comerciais (principalmente com Imperatriz, que centraliza o fluxo de mercadorias vindas do Centro-Oeste e Sul do país).

A principal atividade econômica do Bico do Papagaio é a pecuária de corte, conduzida extensivamente, com baixo padrão tecnológico e elevada incidência de febre aftosa. A produção bovina destina-se ao mercado interno de Tocantins, mais especificamente ao município de Araguaína, onde se situam os frigoríficos mais próximos, e ao Nordeste brasileiro, rompendo as barreiras sanitárias.

Os numerosos assentamentos realizados recentemente pelo Incra tendem a modificar esse perfil regional. As desapropriações são precedidas pela venda do rebanho bovino, acarretando redução em seu efetivo. Por outro lado, parte da área destinada à pastagem é ocupada com cultivos de subsistência pelas famílias assentadas. Ressalta-se que as desapropriações são vistas e nomeadas pelos agentes regionais como negociadas por iniciativa dos antigos proprietários com o Incra, revelando a ausência de interesse destes pelas terras e/ou a atração dos mesmos pelos bons negócios propiciados pelo órgão do governo federal, o que permite assim a compra de terras de melhor qualidade em outras unidades da federação.

Num quadro de enfraquecimento da pecuária extensiva, que por si só não pode ser considerada fator de desenvolvimento para a região, destaca-se a importância dos funcionários públicos e dos aposentados, de órgãos públicos ou não, para a sustentação de algumas atividades econômicas. O município de Araguatins é sede regional de vários órgãos públicos federais – Ibama, Incra, Banco do Brasil, Escola Agrotécnica Federal – e estaduais – Naturatins, Ruraltins –, cujos funcionários, com padrão de renda bem acima do observado na região, desempenham papel expressivo nos negócios locais (comércio, por exemplo). O mesmo acontece com os aposentados, que têm recebimentos constantes de renda e, portanto, crédito junto aos estabelecimentos comerciais.

Também devem ser destacados os ingressos decorrentes dos principais financiamentos para as atividades da região, que provêm do Programa de Crédito

para a Reforma Agrária (Procerá) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), incluindo o Pronaf Municipal, voltados para os assentamentos e pequena produção, além dos financiamentos do Grupo dos Sete (PGAI-PDA, PPG7) para a proteção ambiental, recuperação de áreas degradadas, conscientização popular (educação ambiental) e financiamentos de projetos auto-sustentáveis (exemplos: projeto da Asmubip com babaçu e vários projetos da Naturatins).

O curto intervalo de tempo em que a região deixa de ser conhecida pelos violentos conflitos pela posse e uso da terra e como uma fronteira agrícola ocupada pela pecuária extensiva e desta para uma de elevada concentração de assentamentos rurais marca o Bico do Papagaio em sua busca por uma identidade econômica. Essa procura acentua-se nos anos 90.

Segundo um dos agentes entrevistados, pode ser feita a seguinte periodização para a economia regional do Bico do Papagaio: a) “época de ouro” (até a década de 60), com a economia baseada na exploração da madeira e garimpo de ouro, que drenou os recursos para fora da região, além de ter degradado sobremaneira os recursos naturais; b) “fase de esquecimento”, que durou dos anos 60 até a separação do Tocantins de Goiás (ocorrida em 1988-89); c) início de um desenvolvimento” nos anos 90, pois a separação permitiu maiores cobranças ao governo estadual e a realização de mais investimentos no Bico do Papagaio (asfaltamento de algumas rodovias importantes, energia elétrica etc.). É nessa fase que também começam a se desenhar projetos para região. Mas ainda permanece uma total incógnita sobre sua real viabilização. É preciso a realização de ações efetivas para a construção de sua identidade econômica, que venha a romper o “círculo vicioso” atual sustentado pela pecuária extensiva e pela agricultura de subsistência que, mesmo com baixos investimentos, têm gerado lucro suficiente para que tudo se mantenha como está. Na prática, ainda há grandes dificuldades para tornar real a perspectiva de uma nova dinâmica econômica para a região.

Os projetos mencionados pelos entrevistados, ainda como idéias, como o de

fruticultura capitaneado pela prefeitura de Araguatins, ou mesmo a implantação de indústrias (farmacêutica, embalagens, fraldas etc.), liderada por um grupo de distribuição de medicamentos de Imperatriz (MA), com recursos da Sudam, também em Araguatins, carecem de uma real articulação que consiga impulsioná-los como alternativa de desenvolvimento regional. Além disso, as atividades de pesca e exploração de essências nativas (babaçu) podem vir a ser valorizadas. São exemplos, o projeto de proteção da tartaruga da Amazônia desenvolvido pelo Ibama e pela colônia de Pescadores e o das mulheres quebradoras de coco desenvolvido pela Asmubip, atualmente amparado pelo PPG7/PDA. Essas atividades inserem-se, portanto, num novo contexto e são conduzidas por parcelas da população local que, direta ou indiretamente, participaram dos conflitos agrários.

Ao transpassar essa configuração regional, há os programas de desenvolvimento do Centro-Oeste e Norte, como os eixos de transporte multimodal – Santarém (PA), Balsas (MA), sudoeste do Tocantins – e o projeto Jica, feito em parceria entre o governo do Estado e a Japan Internacional Cooperation Agency, que podem atribuir novo papel ao Bico do Papagaio, mesmo que periférico, dado que as linhas de escoamento da produção agrícola para exportação passam, atualmente, à margem da região.

Tabela 120
Utilização das Terras, segundo Atividade
Estado de Tocantins e Bico do Papagaio
1995

Regiões	Área Total (ha)	Lavouras Temporárias e Permanentes	Pastagens Naturais e Artificiais	Matas Naturais e Plantadas	Lavouras em Descanso e Produtivas não Utilizadas
Tocantins	16.765.716	267.228	11.078.155	3.036.006	1.663.026
%	100,0	1,6	66,1	18,1	9,9
Bico do Papagaio	899.309	21.560	539.228	203.462	109.997
%	100,0	2,4	60,0	22,6	12,2

Fonte: Fundação IBGE – Censo Agropecuário 1995-96.

Pela coincidência do nome da região com o da microrregião homogênea definida pelo IBGE, são apresentados alguns dados do Censo Agropecuário 1995/96, comparando-os com o agregado do Estado. Os dados da tabela mostram que a área com pastagens naturais e plantadas (artificiais) ocupa mais de 50% da área total, tanto para o Estado quanto para a região do Bico do Papagaio. Proporcionalmente, a participação das matas é bem menor, pois foram estas que deram origem à ocupação com a pecuária extensiva.

Além da pecuária extensiva, predominam as lavouras de subsistência, sem nenhuma modernização tecnológica e voltadas para o mercado local quando há algum excedente. É muito comum a “roça de toco” para as culturas de arroz, feijão, mandioca e milho. A fruticultura nativa é muito pouco explorada, com exceção do babaçu, palmeira nativa muito comum na região, que é explorada economicamente por grupos organizados de comunidades rurais (Asmubip) que conseguiram resistir à ocupação violenta do norte do Estado e são apoiados por programas de preservação ambiental.

Tabela 121
Maquinaria e Veículos
Estado de Tocantins e Bico do Papagaio
1995

Regiões	Tratores	Máquinas para Plantio	Máquinas para Colheita	Caminhões	Utilitários
Tocantins	7.950	2.212	685	888	4.903
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Bico do Papagaio	330	67	10	62	263
%	4,2	3,0	1,5	7,0	5,4

Fonte: Fundação IBGE – Censo Agropecuário 1995-96.

A tabela mostra que a participação do Bico do Papagaio no total de máquinas na agricultura é pequena, com baixíssimos índices de mecanização. A localidade possuía apenas 4,2% do total de tratores do Estado, 3,0% das máquinas para plantio e 1,5% das máquinas para colheita, em 1995.

Esse padrão de agricultura praticado regionalmente é acompanhado pelos assentamentos rurais que tiveram grande impulso nos últimos anos. No período

de 1995/97, foram assentadas pouco mais de 4.300 famílias no Estado de Tocantins. Segundo um dos entrevistados, no Bico do Papagaio foram assentadas em torno de 3.500 famílias na década de 90, que somam perto de 20 mil pessoas, número considerável quando comparado à população rural da região ou mesmo à população total do maior município da região, que é Araguatins, com 22.500 habitantes, dos quais 8 mil são rurais.

Outras atividades econômicas encontram-se no mesmo estágio de subdesenvolvimento da agropecuária. O comércio é muito dependente da renda dos funcionários públicos e aposentados que residem nos municípios da região, pois são os ingressos constantes de salários ou aposentadorias que permitem um fluxo de caixa mínimo para a sobrevivência dos estabelecimentos comerciais.

Na cidade de Araguatins, existem apenas três casas comerciais para venda de produtos agropecuários, principalmente para pecuária. Não há assistência técnica privada, escritórios de consultoria nem outros serviços especializados para agricultura, já que esta atividade é muito rudimentar na região. Isso restringe em muito a contratação de técnicos agropecuários formados na região, que ainda é predominantemente feita pelos órgãos públicos e ONGs, na maioria das vezes fora da região do Bico do Papagaio.

As atividades relacionadas ao potencial auferido pelas condições ambientais, tais como o turismo nas praias fluviais nos meses de junho a agosto e a pesca, encontram dificuldades em seu desenvolvimento por causa da precariedade da infra-estrutura existente na região. Especificamente no caso da pesca, a represa de Tucuruí, cuja construção não levou em conta a manutenção do fluxo natural de cardumes, causou impacto negativo e prejudicou a reprodução das espécies existentes nas Bacias do Araguaia e do Tocantins.

Tabela 122
Estabelecimentos por Grupo de Área Total
Estado de Tocantins e Bico do Papagaio
1995

Grupos de Área Total	Tocantins	%	Bico	%
Total	44.913	100,0	8.483	100,0

Menos de 10 ha	2.614	5,8	1.235	14,6
De 10 a Menos de 100 ha	17.283	38,5	3.815	45,0
De 100 a Menos de 200 ha	7.790	17,3	677	8,0
De 200 a Menos de 500 ha	8.234	18,3	518	6,1
De 500 a Menos de 2.000 ha	5.589	12,4	237	2,8
2.000 ha e Mais	1.427	3,2	65	0,8
Sem Declaração	1.976	4,4	1.936	22,8

Fonte: Fundação IBGE – Censo Agropecuário 1995-96.

A comparação da região com o padrão estadual revela que o Bico do Papagaio apresenta maior expressão dos estabelecimentos de menos de 100 hectares (pequenos estabelecimentos), que representam 60% do total, enquanto no Estado sua participação é de 44%. Isso se reflete na área média desses estabelecimentos, que no Bico do Papagaio é de um terço da do Estado. O elevado número de assentamentos feitos nos anos 90 influenciou bastante esse atual quadro da estrutura fundiária.

Tabela 123
Área Média dos Estabelecimentos
Estado de Tocantins e Bico do Papagaio
1995

Regiões	Total de Estabelecimentos	Área Total (ha)	Área Média (ha)
Tocantins	44.913	16.765.716	373
Bico do Papagaio	8.483	899.309	106

Fonte: Fundação IBGE – Censo Agropecuário 1995-96.

Tabela 124
Estabelecimentos e Área, por Condição do Produtor
Estado de Tocantins e Bico do Papagaio
1995

Regiões	Total		Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Estab	Área (ha)	Estab	Área (ha)	Estab	Área (ha)	Estab	Área (ha)	Estab	Área (ha)
Tocantins	44.91	16.765.71	38.62	15.828.89	428	36.948	215	35.293	5.647	864.58
	3	6	3	4						1
%	100,0	100,0	86,0	94,4	1,0	0,2	0,5	0,2	12,6	5,2
Bico do Papagaio	8.483	899.309	5.279	872.559	283	858	136	3.749	2.785	22.143
%	100,0	100,0	62,2	97,0	3,3	0,1	1,6	0,4	32,8	2,5

Fonte: Fundação IBGE – Censo Agropecuário 1995-96.

O Bico do Papagaio também se diferencia do restante do Estado pela maior participação dos produtores ocupantes, arrendatários e parceiros em detrimento dos proprietários, reflexo da história de ocupação da região e da instabilidade fundiária tabela anterior.

O padrão tecnológico da agropecuária regional mencionado anteriormente também se mostra mais baixo quando comparado ao do Estado, principalmente no emprego de assistência técnica, adubos e corretivos tabela a seguir. A prática mais utilizada é o controle de pragas e doenças. Chama a atenção a baixa participação dos estabelecimentos rurais com práticas de conservação do solo e também daqueles com acesso à energia elétrica, nas três regiões. A péssima qualidade do serviço de fornecimento de energia elétrica é um dos grandes limitantes para o desenvolvimento rural e de algumas empresas na região do Bico do Papagaio, pois é comum ocorrerem *blecautes* que duram mais de quinze horas.

Os entrevistados apontam que as intervenções na área da assistência técnica (adequação tecnológica) demoram mais tempo para atingir os agricultores, por causa das condições de trabalho, o pequeno número de técnicos e da pouca articulação entre os órgãos que atuam no meio rural, além do padrão educacional da população rural.

A principal lavoura desenvolvida regionalmente é o arroz, com área colhida de

13 mil hectares no ano de 1996 (10% do total do Tocantins), seguida pelo milho, com 5 mil hectares (10% do total do Tocantins), feijão, com 1.500 hectares (30% do total do Tocantins), mandioca, com mil hectares (10% do total do Tocantins) e banana, com 600 hectares (menos de 10% do total do Tocantins). A pecuária de corte, principal atividade da agropecuária regional, conta com um efetivo total de bovinos de pouco mais de 400 mil cabeças, o que representa menos de 10% do total do Estado de Tocantins.

Tabela 125

Estabelecimentos com Uso de Assistência Técnica, Adubos e Corretivos, Controle de Pragas e Doenças, Conservação do Solo, Irrigação e Energia Elétrica
Estado de Tocantins e Bico do Papagaio
1995

Regiões	Total de Estabelecimentos	Assistência Técnica	Adubos e Corretivos	Controle de Pragas e Doenças	Conservação do Solo	Irrigação	Energia Elétrica
Tocantins	44.913	5.759	6.581	36.400	1.056	568	4.976
%	100,0	12,8	14,7	81,0	2,4	1,3	11,1
Bico do Papagaio	8.483	347	365	4324	56	66	853
%	100,0	4,1	4,3	51,0	0,7	0,8	10,1

Fonte: Fundação IBGE – Censo Agropecuário 1995-96.

Escola Agrotécnica Federal de Araguatins

A Escola Agrotécnica Federal de Araguatins foi criada pelo Decreto n 91.673, de 20 de setembro de 1985, e passou a funcionar em 23 de março de 1988. Atualmente, a EAF conta com 32 professores no quadro permanente, 36 servidores técnico-administrativos de nível intermediário e 34 de nível auxiliar. Atende alunos de mais de setenta municípios da região do Bico do Papagaio, Pará e Maranhão. Possui cerca de noventa alunos em regime de internato. A partir do ano 2000, como parte da reestruturação já apresentada ao MEC, começou a oferecer os novos cursos modulares (pós-médios) para as pessoas que já possuem o ensino médio e também os cursos rápidos para pessoas com qualquer nível de escolaridade, incluindo os trabalhadores rurais.

A EAF é vista pelos agentes entrevistados como um órgão de referência regional (norte do Tocantins, sudeste do Pará e sudoeste do Maranhão) na

formação de seus alunos e como “vitrine” para os agricultores, dadas as práticas agrícolas desenvolvidas em seus campos experimentais ou de demonstração, principalmente produção de mudas, fruticultura e pecuária. É a única a formar técnicos agropecuários no Bico do Papagaio, ou seja, não há oferta concorrente. O Senar oferece apenas cursos esporádicos e, na maioria das vezes, utiliza os professores e as instalações da própria EAF.

A escola constitui-se também em importante referência para o ensino médio na região, pela boa qualidade da educação. Outro aspecto presente nas entrevistas é seu papel como órgão que assegura empregos, por conta de seu quadro funcional estável e das conseqüências disso, como mencionado anteriormente, para os aspectos socioeconômicos Araguatins.

Segundo os entrevistados, a escola ainda carece de maior integração com a comunidade regional, como promotora de ações e eventos que consigam atingir os produtores rurais, não apenas quando estes a procuram. Pode-se afirmar que a EAF está mais presente apenas no dia-a-dia de Araguatins (cidade-sede), mas é deficiente sua articulação com as demais cidades da região (observações corroboradas com algumas entrevistas). Também foi possível notar que a EAF tem utilizado o jornal local, de circulação mensal, para divulgar matérias técnicas sobre a escola em geral e sobre o Proep, e o espaço no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural para fazer articulações com os agentes locais, principalmente por intermédio de seu diretor.

Quanto à formação e ao mercado de trabalho, a maioria dos alunos não consegue emprego em suas áreas de formação, e ocupa-se em outras que não a agropecuária. Há vários alunos trabalhando no comércio (pastelaria, autopeças) e em órgãos públicos (polícia militar, corpo de bombeiros, cobrança de consumo de energia elétrica). O certo é que, por causa do padrão econômico da região e de sua mão-de-obra, os ex-alunos, por contarem com boa instrução, acabam se empregando mais facilmente nos novos trabalhos ofertados.

Como já foi salientado, a agropecuária da região é pouco demandadora de mão-de-obra técnica especializada, pois utiliza tecnologias muito rudimentares.

Em função disso, a contratação dos técnicos ainda é predominantemente feita pelos órgãos públicos e ONGs, na maioria das vezes fora da região do Bico do Papagaio. Pelo fato de muitos alunos serem originários do Pará e do Maranhão, é muito comum que retornem para seus estados depois de formados, onde têm mais chances de colocação no mercado de trabalho.

Na opinião de vários agentes entrevistados, uma campanha efetiva contra a febre aftosa na região, coordenada pelos órgãos estaduais do Tocantins, seria um forte estímulo para a maior contratação de técnicos, além de possibilitar uma maior exportação de carne bovina para outros estados brasileiros.

Pelas carências de diferentes ordens presentes na região, a EAF, segundo os entrevistados, teria de desempenhar um papel de promotora de ações nos diversos campos que compõem a vida econômica e social do Bico do Papagaio.

O fato de ela já contar com uma boa estrutura de ensino não leva necessariamente àquela integração; assim, ela necessita de uma adequação à realidade regional, marcada pelo baixíssimo grau de desenvolvimento. Esta integração poderia se dar tanto pela articulação da escola com as prefeituras e organizações governamentais quanto pelo contato permanente entre alunos e professores com as comunidades rurais e produtores por meio de programas de estágio e extensão rural, por exemplo. É importante salientar que as comunidades rurais tradicionais na região, ao lado dos novos assentamentos, propiciam um ambiente previamente organizado que facilita o desenvolvimento de ações. Em contrapartida, a crescente importância que as questões ambientais vêm assumindo para o progresso regional, em especial no Norte do país, tornam essa área prioritária no desenvolvimento de programas de formação e extensão para a EAF.

Como a EAF é uma instituição reconhecida regionalmente, a ampliação dos programas desenvolvidos por ela conta, *a priori*, com boa aceitação da população, o que facilita seu trabalho. Esse é um aspecto que se destaca, pois o Estado de Tocantins é objeto de vários programas governamentais com impactos periféricos na região, como o do transporte multimodal, que fica à margem do Bico do

Papagaio, favorecendo outras áreas (sul do Maranhão e Pará) e atividades que não são desenvolvidas regionalmente e reforçando o Bico do Papagaio como excluído dos padrões vigentes da política de desenvolvimento. Mesmo as iniciativas privadas na região, como a instalação de indústrias por grupos oriundos de outros estados, são vistas com certo descrédito pela população local, já que os empreendimentos anunciados servem mais para a captação de incentivos governamentais do que para benefícios efetivos imediatos para a população local.

Os projetos em construção na região do Bico do Papagaio que foram citados pelos agentes (fruticultura nativa e irrigada, turismo ecológico, pesca e tanques de piscicultura, indústria farmacêutica, assentamentos rurais, melhoria da pecuária, apicultura), mas que ainda não foram concretizados, podem contar com o apoio efetivo da EAF, de forma que ela possa ter maior inserção na multifacetada realidade socioeconômica da região, muito carente de um efetivo desenvolvimento regional.